

## **Do médio ao superior: o inédito-viável na formação dos educadores camponeses**

Marle Aparecida Fidéles de Oliveira Vieira<sup>1</sup>, Valdete Côco<sup>2</sup>

### **Resumo**

Nas discussões que tematizam educação do campo e educação popular, objetiva-se historicizar as lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na pauta educacional. Neste escopo, focaliza-se o contexto capixaba, com vistas a rememorar a trajetória formativa advinda das articulações com os órgãos públicos, no desenvolvimento das parcerias que resultaram nos cursos de Magistério e de Pedagogia da Terra. Os dados sucedidos da pesquisa, realizada em curso de doutorado, demonstram a importância e a necessidade da universidade nesse processo. Com referenciais alicerçados em Paulo Freire e Mikhail Bakhtin, reafirma-se a importância do MST na vida dos participantes dos cursos, bem como a possibilidade do acesso ao ensino superior, advindo da conquista do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e, decorrente deste, a contribuição no processo de formação docente dos sujeitos camponeses, bem como no fortalecimento do MST.

### **Palavras-chave**

Formação de educadores. MST. Pronea.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; professora efetiva da rede municipal de Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: fidelesmarle@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil; professora da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; coordenadora do Grupo de Pesquisa Formação e Atuação de Educadores (GRUFAE); bolsista pesquisador capixaba (Edital FAPES nº 22/2023: projeto 2024-2027) da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). E-mail: valdetecoco@hotmail.com.

## **From secondary school to higher education: the unprecedented viable in training rural educators**

Marle Aparecida Fidéles de Oliveira Vieira<sup>3</sup>, Valdete Côco<sup>4</sup>

### **Abstract**

In debates on rural education and popular education, the aim is to historicize the struggles of the Landless Rural Workers Movement (MST) in the educational agenda. In this context, the focus is on the state of Espírito Santo, with a view to recalling the formative trajectory resulting from the articulations with public institutions, in the development of the partnerships that led to the Teaching and Pedagogy of Land courses. The data obtained from the research, which was carried out in the framework of a doctoral course, shows the importance and necessity of the university in this process. With references based on Paulo Freire and Mikhail Bakhtin, the importance of MST in the lives of the course participants is reaffirmed, as well as the access possibility to higher education resulting from the National Program for Education in Agrarian Reform (PRONERA) and, consequently, the contribution to the process of teacher training in rural subjects, as well as the strengthening of MST.

### **Keywords**

Educators training. MST. Pronera.

---

<sup>3</sup> PhD in Education from the Federal University of Espírito Santo, State of Espírito Santo, Brazil; effective teacher at the municipal network of Vitória, State of Espírito Santo, Brazil. E-mail: fidelesmarle@gmail.com.

<sup>4</sup> PhD in Education from the Fluminense Federal University, State Rio de Janeiro, Brazil; post-doctorate internship at the Federal University of Espírito Santo, State of Espírito Santo, Brazil; professor at the Federal University of Espírito Santo, State of Espírito Santo, Brazil; coordinator of the Educator Training and Performance Research Group (GRUFAE/CNPq); Espírito Santo research fellow (FAPES Notice nº 22/2023: project 2024-2027) from the Espírito Santo Research and Innovation Support Foundation (FAPES). E-mail: valdetecoco@hotmail.com.

## Introdução

Acerca dos diálogos entre a educação do campo e a educação popular, propomos, neste artigo, historicizar as ações que materializaram a formação de sujeitos camponeses que se identificam como educadores do campo, advindos da formação iniciada ainda no ensino médio, na década de 90 do século XX, por meio do curso Alternativo para Habilitação do Magistério<sup>5</sup>, realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Cabe registrar que tal curso foi vinculado ao ensino médio e que, no período focalizado, foi fundamental para a formação de sujeitos do campo, no sentido de os habilitar para atuarem nas escolas conquistadas ou a conquistar. Após a realização do curso de ensino médio, o MST avançou na formação de seus educadores, demandando a educação superior por meio do curso Pedagogia da Terra, parceria realizada com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Assim, os educadores do campo alcançaram o inédito-viável, conforme nos ensinou Paulo Freire (1992).

Neste escopo, os dados históricos dessas conquistas integraram a pesquisa de doutorado, que teve como objetivo compreender as trajetórias formativas na constituição e atuação docente dos educadores que participaram dos cursos de formação Magistério e Pedagogia da Terra, coordenados pelo MST no Espírito Santo (ES), sobretudo dos educadores que atuam com as crianças na educação infantil (EI) em assentamentos de reforma agrária. A tese, alicerçada nos pressupostos teórico-metodológicos de Paulo Freire (1992, 1987) e de Mikhail Bakhtin (2011, 2014), desenvolveu como procedimentos para produção de dados: aplicação de questionário on-line, entrevista semiestruturada e produção de narrativas, por meio de escrita de cartas pedagógicas ao MST.

Do conjunto do material produzido na pesquisa, selecionamos, para este artigo, os dados (documentais e de revisão da literatura) que historicizam a trajetória de formação dos educadores, forjada no MST, que se iniciou com a conquista do curso Alternativo para Habilitação do Magistério e, posteriormente, com o curso superior Pedagogia da Terra (Vieira; Côco, 2021). “Essa demanda [por formação de educadores] concretiza a primeira parceria de uma universidade pública federal com o MST, por meio da oferta do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia e da segunda turma do curso Pedagogia da Terra do Brasil” (Vieira, 2023, p. 46).

---

<sup>5</sup> Designação conforme documentos do curso.

Assim, com essa proposição, no tópicos que segue, apresentamos uma introdução ao tema. Em seguida, assinalamos os percursos de constituição do curso de ensino médio para o Magistério, a fim de compreender as trajetórias de luta por escolarização para os sujeitos do campo. Avançamos, com o propósito de apresentar as lutas travadas pelo setor de educação do Movimento na conquista do curso Pedagogia da Terra, realizado em parceria com a Ufes. Por fim, sintetizamos as considerações e nos colocamos na pauta que tematiza a formação dos educadores camponeses. Com Bakhtin (2014, p. 33), compreendemos que “[...] cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade”. Com isso, destacamos que apresentamos tal materialidade (dos cursos) como forma de visibilizar o campo e sua gente, bem como as políticas públicas em torno desse tema.

### **As situações-limite e a conquista do curso Alternativo para Habilitação do Magistério**

Ao longo da jornada de luta pela terra no contexto capixaba, esteve presente a questão da formação dos educadores que atuavam nos espaços conquistados ou a conquistar. A cada pedaço de chão ocupado, era necessário pensar os processos formativos junto às crianças, aos jovens e aos adultos que integravam as fileiras do MST. Trata-se de um processo, conforme destacado pelo coletivo do Movimento. Nos termos de Florestan Fernandes (2010, p. 254),

Enquanto a educação não se converte objetiva, subjetiva e praticamente em problema social, os homens [e as mulheres] não lutam por ela socialmente nem a integram quanto às formas, aos conteúdos e às funções nos processos histórico-culturais de transformação da ordem social.

Nesse ínterim, foram muitas as articulações e os desafios. No bojo da compreensão de que “a consciência adquire forma e existência nos signos criados por um *grupo organizado no curso de relações sociais*” (Bakhtin, 2014, p. 36, grifos nossos), observamos que o setor de educação do Movimento, progressivamente, foi pautando, junto aos órgãos públicos, cursos de formação para as pessoas que adentravam o território conquistado. A primeira experiência formativa junto à Ufes aconteceu no ano de 1989, com o curso de extensão na área de Pedagogia. Pizetta (1999, p. 164) relata que

Os encontros foram realizados durante 15 dias no mês de julho de 1989 e 30 no mês de janeiro de 1990, ambos no centro de formação do MST – o Centro Integrado de Desenvolvimento dos Assentados e Pequenos Agricultores do ES (Cidap) – localizado em São Mateus.

A partir da realização do curso de extensão, em parceria com a universidade, foi-se perspectivando a possibilidade de perquirir um nível mais avançado de formação, o de nível médio.

Assim, no que concerne à formação, o MST avança na discussão ao efetivar a demanda pelo Curso Alternativo de Habilitação para o Magistério, projeto denominado por Pizetta (1999) como “Do compromisso Político à Competência Técnica”. Esse curso, a meu ver, materializa o início da formação docente dos sujeitos que atuam em assentamentos de Reforma Agrária no ES (Vieira, 2023, p. 40).

Uma materialidade que foi sendo gestada nos processos formativos e na atuação nos espaços conquistados. As situações-limite impostas ao coletivo de educadores demonstravam que a escola que queriam precisava ser construída, tanto em relação à estrutura física quanto à estrutura pedagógica. A educação até então tematizada nos territórios campestres, sob a égide da chamada educação rural (Souza, 2016a) (Vieira; Côco, 2016), não pautava as questões da terra, da fome, da desigualdade, dos acampamentos, dos assentamentos conquistados, ou seja, essas questões não perpassavam o currículo das escolas do campo.

Importa destacar que, no Espírito Santo, em 1984, foi conquistada a primeira escola em área de assentamento, atendendo de 1ª a 4ª séries, nomenclatura dada à época. Atualmente, nos assentamentos de Reforma Agrária coordenados pelo MST, tem-se buscado lutar e efetivar o atendimento desde a EI à educação de jovens e adultos. Lembramos que nem todas as áreas possuem tal atendimento, e que o setor de educação tem pautado junto ao Estado a necessidade do ensino médio nos assentamentos, como garantia de ampliação do acesso à educação em conexão com a permanência da juventude no território camponês.

Assim, tendo a compreensão de que o currículo também é disputa (Arroyo, 2013), foi-se impondo a demanda por discutir que tipo de escola queriam e que essa escola precisava ser construída com as pessoas, sujeitos do processo educativo.

Nessa conjuntura, no estado do Espírito Santo, a luta pela formação de profissionais foi iniciada devido à necessidade de ampliar a escolarização dos educadores/educadoras que já atuavam nas escolas dos Acampamentos e de formar outros sujeitos para contribuir com o fortalecimento do Movimento nos diferentes espaços organizativos (França, 2013, p. 126).

Tal fortalecimento se estabeleceu na parceria entre Ufes, Sedu, MST e Incra, decorrente da solicitação do curso Alternativo para Habilitação do Magistério. Entretanto, a

realização de uma parceria com um movimento de luta por terra, numa conjuntura adversa ao MST, não aconteceu de forma tranquila e linear. Nesse quadro, cabe observar que “[...] seja como for, com mais ou menos dificuldade, não será com o antidiálogo que romperemos o silêncio camponês, mas sim com o diálogo em que se problematize seu próprio silêncio e suas causas” (Freire, 2013, p. 61-62). Assim, estabelecido o diálogo junto aos órgãos públicos, apuramos que

A primeira dificuldade encontrada foi que nem a Ufes, nem a Sedu poderiam habilitar diretamente esses sujeitos, pois era necessário que uma escola de assentamento fizesse o registro. Porém, não havia nenhuma escola de 2º grau em áreas de assentamento, o que tornava o processo mais laborioso. Uma solução foi buscar uma instituição da rede estadual que “acolhesse o curso”, assumindo essa nova turma como uma demanda do MST, como um curso alternativo (Pizetta, 1999). Assim, uma escola localizada em São Mateus, a Escola de 1º e 2º Graus “Santo Antônio”, assumiu o curso, realizado no centro de formação do MST, o Cidap, no ano de 1995 (Vieira, 2023, p. 41).

Sanada essa dificuldade de vinculação, o curso foi sendo gestado e construído a muitas mãos e realizado de julho de 1995 a agosto de 1998. Assim, aprendendo e ensinando, o MST materializou um novo modo de pensar e organizar processos educativos em sua base social. Nesse ínterim,

a possibilidade de melhorar a prática com os educandos demonstram um compromisso coletivo do MST para com sua base social e, ao mesmo tempo, a chance de cada indivíduo (sujeito educador) tecer sua trajetória docente, iniciada na Habilitação para o Magistério. Com isso, os sujeitos arquitetaram uma maneira outra de conhecer e ensinar (Vieira, 2023, p. 42).

Na atenção a essa processualidade, os conteúdos que estudaram estão registrados na proposta curricular do curso, que abarcava não somente as questões pedagógicas de um curso médio, mas temas específicos do território campesino, como demonstrado no eixo enriquecimento curricular (Quadro 1), que foi solicitado e negociado pelo MST.

**Quadro 1** – Curso Alternativo para Habilitação do Magistério – Parceria

MST/Sedu/Ufes/Incrá

EDUCAÇÃO GERAL		FORMAÇÃO ESPECIAL	ENRIQUECIMENTO CURRICULAR
<b>COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO</b>	Língua Portuguesa Língua Espanhola	Sociologia da Educação Filosofia Filosofia da Educação História da Educação Psicologia da Educação Biologia Educacional Estrutura no Funcionamento do Ensino de 1º e 2º grau Didática Prática e Pesquisa Pedagógica Didática da Linguagem Didática da Matemática Didática dos Estudos Sociais Didática das Ciências Literatura Infantil Alfabetização	Sociologia Rural Agropecuária Agricultura Zootecnia
<b>ESTUDOS SOCIAIS</b>	Geografia História		
<b>CIÊNCIAS</b>	Biologia e Programas de Saúde Física Química		
<b>ARTIGO</b>	Educação Artística Educação Física Ensino Religioso		
Estágio supervisionado			

Fonte: extraído de Vieira (2023, p. 44).

O curso foi organizado de modo que os educandos pudessem ter maior envolvimento, tanto na proposta pedagógica quanto nas questões práticas que abarcavam a vida dos sujeitos envolvidos.

Exemplo disso são os tempos educativos, organizados em Tempo Escola e Tempo Comunidade. O primeiro se refere ao momento em que os sujeitos estavam no centro de formação, em aula com os professores. Esse período se subdividia em: tempo estudo-leitura, tempo reflexão-escrita e tempo trabalho prático. O segundo designa o tempo em que eles desenvolviam atividades relacionadas à sua prática na comunidade ou na escola, com ações e reflexões pedagógicas (Vieira, 2023, p. 42).

Importa registrar que, no decorrer da pesquisa de doutorado, foram contactados 85 sujeitos que, por meio do questionário on-line, aceitaram participar da pesquisa. Todos são egressos dos cursos Magistério e/ou Pedagogia da Terra (Vieira, 2023). Quando analisados os dados referentes à participação nos cursos, dos

22 egressos [que] fizeram o curso Magistério, [...] 20 continuaram os estudos no Pedagogia da Terra. Esse dado permite afirmar a importância dos espaços de formação articulados pelo MST, ou seja, para além da terra, reivindica-se o acesso à educação e, nesta, a discussão de pautas que garantem a especificidade do território (Vieira, 2023, p. 124).

No processo de formação permanente, o MST solicitou parceria à universidade, no sentido de avançar na formação superior dos educadores que, naquele contexto, já atuavam nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária. Assim, relembramos Florestan Fernandes (2020, p. 125), ao afirmar que “[...] o ensino superior não é mais nem um privilégio nem um ‘dom’ intelectual. É uma necessidade social”. Necessidade que fez com que o MST reivindicasse e conquistasse duas turmas do curso de Pedagogia da Terra, conforme abordaremos no próximo tópico. Atualmente (2024), encontra-se em processo de discussão junto à Ufes a realização da terceira turma.

### **O curso Pedagogia da Terra e a formação docente dos educadores camponeses**

Importa lembrar que tematizamos um movimento social de luta por terra que não separa conhecimento da ação, trata-se da práxis cotidiana em seu seio social. A luta para que todas as pessoas tivessem direito à escola, à educação e à formação sempre esteve presente nas pautas do MST. Como destacado anteriormente, da trajetória do curso de extensão ao Curso Alternativo para Habilitação do Magistério, encerrado em 1998, e com a mudança na legislação educacional, com o advento da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Brasil, 1996), que prevê curso superior para atuação na educação básica, o Movimento apresenta à universidade a pauta em torno da necessidade de os educadores camponeses acessarem a educação superior.

Compondo a conjuntura epocal, cabe recuperar que, no ano de 1996, ocorreu no Pará o massacre que ficou mundialmente conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás (que em 2024 completa 28 anos), em que 21 trabalhadores rurais foram brutalmente assassinados. O governo federal, à época, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, viu-se pressionado a pautar a terra e seus sujeitos e, diante da conjuntura intensa, devido às denúncias de repressão aos camponeses no Brasil, criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário. No ano de 1998, o MST conquistou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), regulamentado pelo decreto 7.352/2010 (Brasil, 2010), que permitiu a parceria com diversos órgãos públicos, privados, secretarias municipais e entidades sem fins lucrativos, na defesa

dos trabalhadores Sem Terra. “O Pronera traz em suas raízes, sangue, lutas, marchas, sofrimentos, conquistas e muitos sonhos realizados” (Campos; Henrique; Koling, 2022). Foi a partir da conquista desse programa que milhares de trabalhadores ocuparam os bancos das universidades (Molina, 2003). Entre os anos 1998 e 2011, o programa

promoveu a realização de 320 cursos nos níveis EJA fundamental, ensino médio e ensino superior, envolvendo 82 instituições de ensino, 38 organizações demandantes e 244 parceiros, com a participação de 164.894 educandos. Essas ações qualificaram a formação educacional e profissional de trabalhadoras e trabalhadores, melhorando suas vidas, reescrevendo seus territórios e mudando o campo brasileiro para melhor (Brasil, 2015, p. 7).

Essa foi uma parceria que não se deu sem tensões. “Foram necessárias diversas reuniões, oficinas, telefonemas, discussões, articulações e ocupações de vários espaços públicos para que o direito de lutar por direitos fosse garantido” (Vieira, 2023, p. 46). Entre uma reunião e outra, um questionamento e outro, se tornou possível adentrar os espaços da universidade com os trabalhadores e trabalhadoras camponesas. Para Foerster (2004, p. 17),

O curso [Pedagogia da Terra] proporciona oportunidades singulares de convívio com professores de assentamentos de outros Estados [...] estimulando discussões a respeito de especificidades locais e temas que se articulam numa perspectiva mais ampliada em âmbito nacional, nas lutas coletivas dos trabalhadores do campo e da cidade.

Nesse escopo, revisitamos a produção do conhecimento acerca da educação do campo e movimentos sociais (Souza, 2016b), contextos e territórios em que foram realizadas parcerias com o MST, na conquista do curso Pedagogia da Terra (Vieira; Côco, 2021), as quais levaram à Ufes 64 sujeitos de vários estados brasileiros, conforme destacado no mapa a seguir (Imagem 1).

**Imagem 1** – Estados participantes da primeira turma do Curso Pedagogia da Terra no ES



Fonte: extraído de Vieira (2023, p. 50).

É importante lembrar que as aulas do curso aconteceram no norte do Espírito Santo, no Polo Universitário de São Mateus, da Ufes, entre os anos de 1999 e 2002. Essas aulas foram realizadas por etapas e ocorriam, principalmente, nas férias das escolas dos assentamentos, para garantir a participação dos educandos/educadores. O espaço universitário foi ocupado pelos educandos e educandas do MST que, diuturnamente, sentiam a pressão por parte dos outros alunos usuários da universidade, conforme explicitado na pesquisa realizada por Sánchez (2011, p. 99):

Um dia, quando o pessoal da primeira turma foi chegando para ficar naquele alojamento dos alunos, algumas alunas dos cursos presenciais correram e tiraram a roupa do varal porque achavam que o pessoal do Movimento Sem Terra ia roubar os pertences delas. Então, o nível de discriminação, de entendimento do que é um movimento desses, das pessoas que compõem esse Movimento. É muito distante da realidade da Universidade.

Foi nesse contexto que o curso se espalhou pelo *campus* da universidade, foi tomando corpo e ocupando os espaços até então negados aos trabalhadores. A luta para que os camponeses tivessem acesso aos direitos extrapolou a questão da terra, mas se fez necessária, também, a luta pela formação (Souza, 2016a), ou seja, pela universidade pública, por muitas vezes negada àqueles que têm direito de acessá-la.

Há que ser ressaltado o valor social e educacional da experiência que se apresentou inovadora, arrojada e necessária. A determinação e a disponibilidade dos alunos, superando as dificuldades relacionadas ao tempo, ao espaço físico e à precariedade dos alojamentos improvisados para o desenvolvimento do Curso, merecem nosso registro (Ufes; Pronera; MST, 2003, p. 14).

Após a avaliação positiva da primeira turma e dada a demanda que crescia na base social, o MST apresentou à Ufes a possibilidade de mais uma turma, realizada entre os anos de 2003 e 2006, contemplando 59 educandos de outros movimentos sociais, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e educandos de outros estados, conforme destacado no mapa (Imagem 2).

**Imagem 2** – Estados participantes da segunda turma do Curso Pedagogia da Terra no ES



Fonte: extraído de Vieira (2023, p. 52).

Cada turma foi homenageada com o nome de um educador ou educadora, conforme a primeira, chamada de Paulo Freire. A segunda foi nomeada de Maria Olinda, em homenagem a uma educadora que contribuiu com o curso de Magistério; nome que também batiza o centro de formação do MST.

Iniciadas as aulas e dadas as dificuldades com o alojamento no campus de São Mateus, conforme já registrado anteriormente, o MST solicita à universidade mudança de local. Assim, a partir de julho de 2004, o curso passa a ser ofertado no Centro de Formação Maria Olinda (Ceforma), também em São Mateus (Vieira, 2023, p. 53).

Vemos, portanto, que, diante das dificuldades em relação à estrutura da universidade, o curso passou a ser ofertado nas dependências do próprio movimento social. Uma parceria que pode ser repensada no sentido de compreender que a universidade ainda tem dificuldade de acolher um curso como esse; e o Movimento, a importância de acolher a universidade em seu território. Ambos têm muito a aprender e ensinar.

No que concerne à estrutura curricular, as duas turmas seguiram com a mesma proposta do curso regular da Ufes, portanto o MST sugeriu à universidade que fossem inseridos temas relacionados à realidade agrária, dada a especificidade do curso e do público, conforme focalizado no Quadro 2. Destaca-se, também, o trabalho de conclusão de curso (TCC), para que os educandos pudessem pesquisar o território em que atuavam, apresentando à comunidade acadêmica as demandas do povo camponês.

**Quadro 2** – Proposta curricular do curso Pedagogia da Terra – Projeto Especial – Ufes

	Disciplina	Carga Horária
1º Período	Sociologia Geral	60
	Introdução à Filosofia	60
	História da Educação I	60
	Introdução à Psicologia da Educação	60
	Produção de Texto Científico	60
2º Período	Sociologia da Educação	60
	História da Educação II	60
	Introdução à Pesquisa Educacional	60
	Psicologia da Educação I	60
	Filosofia da Educação	60
3º Período	Alternativas da Educação do Campo	60
	Didática I	60
	Biologia Aplicada à Educação	60
	Psicologia da Educação II	60
	Estr. e Funcionamento do EF	60
4º Período	Introdução à Educação Infantil	60
	Avaliação da Aprendizagem	60
	Arte em Educação I	60
	Introdução à Educação Especial	60
	A Questão Agrária no Brasil	60
5º Período	Realidade e Perspectiva da educação Brasileira	60
	Alfabetização I	60
	Educação Psicomotora na Infância	60
	Arte em Educação II	60
	Matemática I (Conteúdo e Metodologia)	60
6º Período	Alfabetização II	60
	Matemática II (Conteúdo e Metodologia)	60
	Ciênc. Fis e Biol I (Conteúdo e Metodologia)	60
	História (Conteúdo e Metodologia)	60
	Educ. para o cooperativismo no Campo	60

7º Período	Bases Psic. da Educação de Jovens e Adultos	60
	Ciênc. Fis e Biol II (Conteúdo e Metodologia)	60
	Geografia (Conteúdo e Metodologia)	60
	Portad. de necessidades Especiais	60
	Português (Conteúdo e Metodologia)	60
8º Período	Estágio I- Pré-escola e Séries Iniciais	300
	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	120

Fonte: extraído de Vieira (2023, p. 54).

Ao longo da trajetória do Movimento, foram se constituindo pressupostos de defesa da educação pública para todas as pessoas e, a nível nacional, estabeleceram-se parcerias com diversas universidades públicas. O curso Pedagogia da Terra foi nomeado de maneiras distintas em cada universidade, corroborando as especificidades que habitam o chão brasileiro. Nesse chão,

os homens [e as mulheres] podem fazer e refazer as coisas: podem transformar o mundo. Crença em que, fazendo e refazendo as coisas e transformando o mundo, os homens [e as mulheres] podem superar a situação em que estão sendo um quase não ser e passar a ser um estar sendo em busca do ser mais (Freire, 2013, p. 100).

Com esse entendimento, destacamos, no quadro 3, tais parcerias e almejamos que elas se ampliem e cheguem aos diversos espaços que carecem de formação e acesso à educação.

**Quadro 3** – Cursos de Pedagogia em parceria com o PRONERA - 1998-2021

<b>NOMENCLATURA DO CURSO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Pedagogia da Terra	Universidade Federal do Pará
Pedagogia do Campo	
Pedagogia da Terra	Universidade Federal do Ceará
Pedagogia da Terra	Universidade Federal de Pernambuco
Pedagogia da Terra	Universidade de Pernambuco
Curso de Graduação em Pedagogia para formação de Educadores do Campo	Universidade Federal de Goiás
Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia	Universidade do Estado da Bahia
Curso Especial de Licenciatura Plena em Pedagogia	Universidade Federal São Carlos
Graduação em Pedagogia para Educadores do Campo	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Pedagogia: Docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental no Contexto do Campo	Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná
Pedagogia para formação de Professores e Coordenadores para escolas em P. A. S	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Pedagogia Séries Iniciais	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
Graduação em Pedagogia da Terra	

Pedagogia da Terra (UEMT- Cárceres)	Universidade do Estado do Mato Grosso
Pedagogia da Terra	Universidade Federal de Rondônia
Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia	Universidade Federal da Paraíba
Pedagogia da Terra	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Pedagogia	
Curso de Licenciatura em Pedagogia	Universidade Federal do Espírito Santo
Pedagogia da Terra	Universidade Federal de Sergipe
Pedagogia	Universidade Estadual do Amazonas

Fonte: extraído de Vieira (2023, p. 56-57).

Para nós, é fundamental lembrar essas conquistas, a fim de evidenciar as universidades, os territórios que acolhem os sujeitos camponeses e chamar a atenção para aquelas instituições que ainda não realizam tal parceria, visto que “a maioria destes jovens e adultos jamais teria acesso à educação se o programa [Pronera] não existisse, tendo em vista o quase total abandono em que vivem os sujeitos do campo em relação ao acesso à educação em todos os níveis, especialmente em relação aos ensinos médio e superior” (Brasil, 2015, p. 11). É necessário estarmos vigilantes para que não percamos nenhum direito (Molina; Santos; Brito, 2020). Na conjuntura atual, o Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec, 2022) chama a atenção para a necessidade de pressionar o Incra no sentido de manter o financiamento, bem como a ampliação da oferta de novos cursos.

Com o convite à vigilância necessária e à presença na luta cotidiana, passamos às considerações finais, no sentido de reiterar a importância de nutrir as pautas vinculadas à vida das pessoas que fazem a educação do campo junto com os (e não em nome dos) sujeitos que habitam os territórios camponeses.

## Conclusões

Nas interfaces entre a educação do campo e a educação popular, perquirimos o histórico de lutas do MST, no sentido de trazer à memória sua vinculação com a educação. Com dados situados especialmente no contexto capixaba, lembramos a luta em defesa da educação construída com a classe trabalhadora, especificamente as camponesas e os camponeses. Essa é uma população que, ao longo da trajetória educacional no Brasil, ficou sempre à margem, não sendo reconhecida como protagonista, nem chamada a pensar os processos educativos (Souza, 2016a).

Foi a partir do século XX que os movimentos sociais tomam para si a responsabilidade de visibilizar o campo e sua gente, focalizando, dentre suas pautas, a questão educacional.

Junto das questões territoriais, ganha força a necessidade de lutar pelos processos educativos e formativos. É reconhecendo a emergência de lembrar, para não cair no esquecimento e para que sirva de alicerce às lutas vindouras, que buscamos retomar essa trajetória de mulheres e homens organizados no MST que ousaram ultrapassar as cercas do latifúndio e do saber, almejando o inédito-viável na formação dos educadores camponeses.

Ao destacar as conquistas desses cursos, esperamos somar nossas lutas locais a tantas outras, no sentido de reafirmar a educação como direito e o campo como lugar de gente, de construção de histórias de vida, de resistência e de utopias.

## Referências

ARROYO, M. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394. de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II PNERA: Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária**. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília, DF, 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm). Acesso em: 20 abr. 2024.

CAMPOS, J. C.; HENRIQUE, P.; KOLING, E. **Pronera: 24 anos de conquista e resistência na Educação do Campo**. MST, [s. l.]. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/04/16/pronera-24-anos-de-conquista-e-resistencia-na-educacao-do-campo%EF%BF%BC/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

FERNANDES, F. **A universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FERNANDES, F. **Florestan Fernandes: leituras e legados**. São Paulo: Global, 2010.

FOERSTE, E. **Pedagogia da terra: uma avaliação da experiência da UFES**. 2004. 131 f. Relatório final de pesquisa (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/1839>. Acesso em: 20 abr. 2024.

FONEC. **Resistência ativa: a educação do campo e os desafios para 2022**. Destinatário: Grupo de Coordenação do Fonec. Brasília, 2022.

FRANÇA, D. M. **Vivências da Pedagogia do Movimento em escolas de assentamentos MST/ES**. 2013. 271 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação,

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: [https://sappg.ufes.br/tese\\_drupal/tese\\_6825\\_Viv%EAncias%20da%20Pedagogia%20do%20Movimento%20em%20Escolas%20de%20Assentamentos%20MST\\_ES.pdf](https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_6825_Viv%EAncias%20da%20Pedagogia%20do%20Movimento%20em%20Escolas%20de%20Assentamentos%20MST_ES.pdf). Acesso em: 20 abr. 2024.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosika Darcy de Oliveira. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Notas de Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

MOLINA, M. C. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável.** 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília 2003.

MOLINA, M. C.; SANTOS, C. A.; BRITO, M. M.B. O Pronera e a produção do conhecimento na formação de educadores e nas ciências agrárias: teoria e prática no enfrentamento ao bolsonarismo. **REVEDUC**, São Carlos, v. 14, p. 1-25, 2020. DOI 10.14244/198271994539. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4539>. Acesso em: 20 abr. 2024.

PIZETTA, A. J. **Formação e práxis dos professores de Escolas de assentamentos: a experiência do MST no Espírito Santo.** 1999. 285 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1999.

SÁNCHEZ, D. S. **Resistência e formação na produção do comum: O curso Pedagogia da Terra da UFES.** 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

SOUZA, M. A. A Educação do campo no Brasil. In: SOUZA, E. C.; CHAVES, V. L. J. (org.). **Documentação, memória e história da educação no Brasil: diálogos sobre políticas de educação e diversidade.** Tubarão: Copiart, 2016a. p. 133-157.

SOUZA, M. A. **Educação e movimentos sociais do campo: a produção do conhecimento no período de 1987 a 2015.** 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2016b.

UFES; PRONERA; MST. **Curso Pedagogia da Terra para educadores e educadoras das escolas de assentamentos de trabalhadores rurais do Brasil.** Resumo das Monografias dos alunos da Pedagogia da Terra. Vitória, 2003.

VIEIRA, M. A. F. O. **Trajetórias de atuação e de formação docente na educação infantil do campo: narrativas dos egressos dos cursos Magistério e Pedagogia da Terra - MST.** 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

VIEIRA, M. A. F. O.; CÔCO, V. O curso pedagogia da terra e a formação de educadores do MST: abordagens das produções científicas. **Dialogia**, São Paulo, n. 39, p. 1-18, 2021. DOI 10.5585/39.2021.20625. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/20625>. Acesso em: 10 abr. 2024.

VIEIRA, M. A. F. O.; CÔCO, V. Da educação rural à educação do campo: percursos históricos da educação infantil a partir das produções acadêmicas e da legislação brasileira. In: SOUZA, E. C.; CHAVES, V. L. J. (org.). **Documentação, memória e história da educação no Brasil: diálogos sobre políticas de educação e diversidade.** Tubarão: Copiart, 2016. p. 83-105.

Submetido em 30 de maio de 2024.  
Aprovado em 22 de junho de 2024.